

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL-MT – CERBPANTANAL-MT EM 2020.**

<b>Pauta:</b>	1. Apresentação “Pantanal: Ações preventivas e combate às queimadas”; 2. Definição do Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do CERBPantanal – MT para 2021; 3. Implementação do Plano de Ação da RB Pantanal em 2021; 4. Informes.				
<b>Local:</b>	Reunião virtual na sala meet.google.com/zgj-kviw-woq				
<b>Data:</b>	04/12/2020	<b>Início:</b>	09h15	<b>Término:</b>	10h40
<b>Presidente:</b>	Gabriela Rocha Priante teles de Ávila (SEMA)				

<b>Membros do CERBPantanal-MT presentes:</b>	
<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Cátia Nunes da Cunha	UFMT
Cláudia R. S. Pinho	Rede de Comunidades Tradicionais (CTs) Pantaneira
Eduardo Ricken Segatto	RPPN Cachoeira do Tombador (Votorantim Cimento)
Hélida Bruno Nogueira Borges	SEMA
Ingrid Leite de Oliveira	Instituto Gaia
Laura Garcia Venture Rutz	FAMATO
Leonardo Vivaldini	SEAF
Lisandro de Souza Peixoto Neto	SEMA
Manoel dos Santos Filho	UNEMAT – Campus de Cáceres
Monicke S. P. de Arruda	FIEMT
Pierre Girard	CPP
<b>Observadores</b>	
Cel. BM Paulo Barroso	Corpo de Bombeiros / Comitê Estadual de Gestão do Fogo – SEMA

<b>Relatos</b>	
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a presença de todos e verificou se havia quórum para a reunião. Em seguida, solicitou aos membros do Comitê que definissem quais as melhores datas para a realização das Reuniões Ordinárias do CERBPantanal-MT em 2021. Os membros chegaram ao consenso nas seguintes datas: 05/03, 11/06, 10/09 e 03/12/2021. Em seguida solicitou à Hélida (SEMA) que informasse se a ATA da 2ª RO do CERBPantanal-MT foi encaminhada aos membros do Comitê. Esta esclareceu que não foi possível finalizar o documento no prazo estabelecido no Regimento Interno em função do excesso de atividades na SEMA e de problemas de saúde na família.
Laura (FAMATO)	Argumentou que o documento deveria ter sido encaminhado aos membros do colegiado no prazo estabelecido uma vez que o intervalo entre as reuniões ordinárias, de três meses, é longo o suficiente para a ATA ser elaborada. Solicitou que constasse em ATA a sua discordância acerca do ocorrido.
Gabriela (SEMA)	Solicitou que a ATA seja encaminhada aos membros até o dia 10/12/2021. Em seguida solicitou ao Cel. Barroso que iniciasse a sua apresentação.

<p>Paulo Barroso (Corpo de Bombeiros)</p>	<p>Iniciou a apresentação informando que é secretário Executivo do Comitê de Gestão do Fogo da SEMA e coordena o Posto de Atendimento Emergencial à Animais Silvestres (PAEAS Pantanal). Continuou os relatos a partir da apresentação intitulada “Sistema de proteção contra incêndios florestais no Pantanal” explicando que o combate ao desmatamento e às queimadas é ancorado em duas leis federais: a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981) e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012). A cada ano o Comitê de Gestão do Fogo da SEMA (CGFogo-SEMA) elabora e implementa o planejamento acerca do controle das queimadas que é definido em etapas. A primeira, identificada como Pré-evento, é constituída pelo planejamento propriamente dito (janeiro e fevereiro), prevenção (março a outubro), preparação e o manejo integrado do fogo (maio a julho). A segunda trata diretamente sobre o evento e está concentrada nos meses de maio a outubro. As ações dessa etapa são relacionadas à prevenção ativa, ao combate e à responsabilização dos infratores. A terceira, o pós-evento, é a etapa de responsabilização, avaliação e correção de medidas (novembro e dezembro). Acrescentou que atualmente é o presidente do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CONAGIF), um instituto que oferece consultoria à Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros do Brasil. Informa que não é possível tratar de um sistema de proteção contra incêndios florestais nacional (SISPROCIF), sendo necessário trabalhar por bioma. Em 2019 foi proposta a criação do Sistema de Proteção contra Incêndios Florestais para a Amazônia Legal (SISPROCIFAL) a um custo de R\$ 1,6 bilhões/5 anos. Neste ano está sendo elaborado o SISPROCIF para o Pantanal, que contará com a parceria formada entre Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Bolívia e futuramente o Paraguai, por meio de Termo de Cooperação Técnica (TCT). A instituição legitimada para trabalhar prevenção e enfrentamento de incêndios florestais no Brasil é o Corpo de Bombeiros. Explicou que existem mais duas outras autarquias que trabalham em âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO). No entanto, estas instituições trabalham em áreas bem definidas. O ICMBio nas unidades de conservação federais, e o PREVFOGO trabalha em terras indígenas e projetos de assentamento federais. Os Corpos de Bombeiros atuam em todo o território nacional. Portanto, é justo que os bombeiros sejam fortalecidos para trabalhar nessa área, até porque os bombeiros apoiam o ICMBio e o PREVFOGO. É necessário primeiro fortalecer os Corpos de Bombeiros do Pantanal com investimentos, aquisição de aeronaves e veículos de combate a incêndio florestal, custeio parcial da temporada, porque os bombeiros não têm condições de custear tudo, e a contrapartida destes é o salário, que representa uma quantia significativa dentro desse contexto de divisão de recursos para investimento e custeio. Tem-se que criar uma doutrina própria de prevenção e combate a incêndio florestal no Pantanal. Tem-se que ter poder de polícia ambiental administrativa para poder multar, notificar e atuar o criminoso. O bombeiro de MT já tem esse poder. É preciso instituir tal poder para todos os bombeiros do Brasil, com a devida capacitação e com amparo legal. Tem-se que realizar operações de resposta e responsabilização. É a operação chamada de “Abafa”, para acabar o crime ambiental. Segundo, promover o fortalecimento do</p>
---	--

	<p>PREVFOGO e do ICMBio. Estes órgãos têm uma estrutura razoável, mas precisam atuar em todas as suas áreas. O ICMBIO até atua, mas o PREVFOGO, não. Não consegue atender todas as terras indígenas que existem nos territórios mato-grossense e sul-mato-grossense. Eles precisam ser fortalecidos com investimentos, equipamentos e custeio similar ao dos bombeiros. É preciso instituir pelo menos três Bases Aéreas de Combate a Incêndio Florestal no Pantanal, em MT e MS e na Bolívia. Há pistas em que não descem os aviões dos bombeiros porque têm de 800 a 900 metros; então, é necessário ampliar 95 pistas de pouso, cada uma com 1.200 m. Com isso, os bombeiros conseguirão estabelecer uma base, um ponto estratégico. Também se tem que construir bases sazonais, para, quando chegar a época do fogo, os bombeiros estarem no terreno. Hoje os bombeiros estão atuando a partir das bordas do Pantanal, nas cidades que estão no entorno do Pantanal, não estão totalmente dentro do Pantanal, exatamente no local de difícil acesso em que começam os incêndios. Precisa-se também de capacitação. Os bombeiros implementaram em Mato Grosso a primeira pós-graduação em incêndio florestal presencial da Amazônia Legal. Foi publicado um livro com os artigos científicos. Produziu-se planos de proteção contra incêndio florestal para todas as unidades de conservação do Estado de MT. Um dos planos já foi estruturado com recursos do Ministério Público estadual. Mato Grosso vem investindo na capacitação desde 2013 de forma forte, mas precisa ainda capacitar de forma sistematizada. Nem todos os anos tem-se recursos para capacitar os nossos homens. Quarenta e oito por cento dos bombeiros militares de MT são capacitados em incêndio florestal. Essas são as siglas dos cursos que nós realizamos, para civil e para militar: SCI, HELITIF, de operações helitransportadas. Precisa-se de um sistema de comunicação eficiente constituído por rádios que operem em todo o bioma de forma ininterrupta. Precisa-se capilarizar os serviços para os municípios que mais queimam e mais desmatam. Em MT, 20 municípios são responsáveis por 85% dos desmatamentos e queimadas no Estado. É preciso estruturar uma base para os bombeiros atuarem por 3 a 4 meses. É preciso ter programas específicos: de Brigada Municipal Mista; de Município Resiliente ao Fogo, como está sendo desenvolvido em MT; de Brigada Rural privada; de Brigada Rural voluntária, pela Defesa Civil; de Brigada Indígena, estadual e federal. Existem as federais, que não atendem a todas as terras indígenas. Falta estruturar as estaduais. Com isso, os bombeiros atenderão todas as áreas que têm fogo: cada um com a sua brigada e fazendo parte de um grande sistema. Hoje isso está capilarizado: cada brigada em cada área temática, que é subordinada ao Corpo de Bombeiros em âmbito estadual. O Corpo de Bombeiros, se não der conta em âmbito estadual, vai pedir socorro e apoio ao Governo Federal, por meio do Centro Integrado de Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (CIMAN). São também necessárias mudanças na legislação de gestão do fogo para o Pantanal. Para isso, os bombeiros elaboraram a proposta do PPCIF e a do Manejo Integrado do Fogo (MIF), que representa usar o fogo para produzir biomassa e para outras finalidades. Isso é feito no mundo inteiro, com legislação e com técnica, para que surta o resultado desejado. O PPCIF prevê seis sistemas. A ideia é implementar uma norma técnica do Corpo de Bombeiros que estabeleça o PPCIF. Da mesma forma como é feito na área urbana, os bombeiros terão que estabelecer proteção contra</p>
--	---

	<p>incêndio florestal na área rural por meio dos sistemas: vigilância detecção; compartimentação por talhões; acessos; apoio a operações de combate a incêndio florestal. Cada propriedade rural tem que ter a sua brigada, treinada, capacitada, credenciada e vinculada ao Corpo de Bombeiros. Sistemas de mananciais: eu preciso saber onde vou pegar água - e tem que ter água o ano todo. Sistema de proteção a áreas edificadas. Inúmeros incêndios consomem armazéns, currais e trazem prejuízo para o proprietário. É preciso fazer um plano de redução de material combustível. Isso tudo tem que ser apresentado em forma de memorial descritivo e mapas de riscos. A aplicação do PPCIF Pantanal será obrigatória para aquelas propriedades rurais que estão no entorno da zona de amortecimento de uma unidade de conservação, de uma área protegida. Por exemplo, eu tenho uma terra indígena. Então, todas as propriedades que estão dentro de um raio de 10 quilômetros daquela terra indígena têm que fazer o PPCIF. Todas as propriedades que estão em torno de uma unidade de conservação federal, a 10 quilômetros, terão que fazer o PPCIF. E para as demais propriedades é só recomendatório. O interessante é que, com esta ação, permitirá aos proprietários rurais buscar uma certificação florestal nacional e internacional. O proprietário rural que possuir o certificado do Corpo de Bombeiros, que ateste que tem proteção contra incêndio florestal, isso pode agregar valor ao que produz. Quem vai pagar por isso é o consumidor final na Europa. É uma forma de pagar pela proteção contra incêndio florestal que ele quer que nós façamos. Da mesma forma com a produção da soja, da mesma forma com o milho, da mesma forma com o algodão. Então, se agrega valor ao produto. Quem vai pagar a conta é quem consome o nosso produto porque esse produto vem de uma fazenda ou de uma propriedade rural que é protegida contra incêndio, que tem uma madeira certificada. A ideia é fazer o mesmo que é feito pela PEFC, uma certificadora internacional que aponta a origem da madeira que é vendida do Brasil para fora. Na Europa ninguém compra madeira que não tenha certificação - pelo menos teoricamente. O fato é que se tem que criar um mecanismo em que o recurso para estruturar esses planos ou para a manutenção deles venha de fora, de quem consome os nossos produtos. É preciso implementar o MIF, que é uma política própria, com uma proposta de lei no Congresso, que já foi encaminhada pelo ICMBio, pelo PREVFOGO e pelo Governo Federal. Acredito que é válida a discussão sobre onde é possível aplicar o MIF. A ideia, falando de animais especificamente, é implementarmos o SAMU Silvestre - o Sistema de Atendimento Móvel de Urgência para atender a fauna silvestre. Então, é o APH Silvestre que se está tentando fazer no Pantanal, de forma improvisada, com a orientação do GRAD. A ideia é de que MT tenha pelo menos seis serviços de Atendimento Pré-Hospitalar, em que se estabeleça o Suporte Básico da Vida Móvel para os animais. Propomos a criação de três terrestres e três embarcados - isso para o Pantanal. A ideia também é de construir três Centros de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), além de hospitais veterinários e centros espalhados pelo nosso Estado. Outro item que propusemos no SPPCIF é a integração permanente das agências. A ideia é ter o Comitê do Fogo, como o criado em 2006 em MT, que integra todas as agências que têm relação direta ou indireta com o incêndio, em outros órgãos para se trabalhar de forma otimizada, a fim de alcançar o mesmo objetivo, qual</p>
--	---

	<p>seja o de mitigar o impacto dos incêndios florestais em MT. Outra proposta é de ter o Comitê Temporário Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (CIMAN), que é ativado na época do fogo e por meio do qual interagem as agências que a ele dão resposta. Por fim, o período proibitivo deve ser estudado. Em MT, há alguns anos, estabeleceu-se a proibição do uso do fogo em determinada época do ano, em razão da condição climática. Há também a proposta de criação de um fundo de proteção do Pantanal. Precisamos criar uma forma de captar recursos para investimento e custeio. O fundo seria criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) ou pelos Estados integrados, ou pelo Legislativo. Para que possamos receber doação de pessoa física, pessoas jurídicas, de nações, de subnações. Pode ainda ir para esse fundo o dinheiro de compensação ambiental, de captação via REDD+ e também de processos transitados em julgado por desmatamento e degradação florestal. Precisamos da ativação do Observatório do Fogo no Pantanal. Com envolvimento dos técnicos e especialistas para discutir o problema do fogo no Pantanal. É preciso envolver os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), o MMA, os brigadistas, os pesquisadores, as entidades de classe, os índios, as comunidades tradicionais, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), as ONGs, o setor privado, para discutir esse problema de forma <i>lato sensu</i>. Infelizmente, o Judiciário não está envolvido nesse problema. No entanto, este precisa priorizar os processos de responsabilização por desmatamento e degradação florestal (DDF), dando celeridade, porque isso terá efeito pedagógico e retroalimentar o sistema com o dinheiro das multas. Ao todo, estão envolvidas 18 instituições, entre órgãos federais, estaduais, municipais e ONGs. Há 85 pessoas trabalhando nos cinco PAEAS no Pantanal. A base central está localizada no quilômetro 17 da Rodovia Transpantaneira. Outros quatro PAEAS espalhados pelo Pantanal. Até outubro foi realizado o atendimento direto de 128 animais no PAEAS. São incontáveis os animais que estão sendo assistidos, com os cochos de água e de alimentos que estão sendo distribuídos no Pantanal; foram reabastecidos 15.993 vezes os cochos com alimento. Nós temos ao todo hoje 31 veículos, três embarcações, um helicóptero. Foram distribuídas 65 toneladas de alimentos para os animais. São 12 caminhões-pipa, quatro fazendo distribuição de tanques de mil litros. Ao todo, foram distribuídos 4.196 milhões de litros de água. Até outubro foram queimados 19.410 km<sup>2</sup>, só em MT. E nós estamos assistindo a apenas 58 quilômetros quadrados, que é o que conseguimos acessar. Isso corresponde a 0,29% de tudo que foi queimando em 2020. Então, tudo isso que está sendo feito é quase nada em relação ao todo. O Pantanal está vivendo um desastre sem precedentes. E eu ousa categorizar não como desastre, mas como uma catástrofe, porque ainda não se sabe o que vai acontecer, as consequências e os desdobramentos das queimadas. Na verdade, o Pantanal está vivendo duas fases do desastre: o incêndio e a fome cinzenta. Ainda falta a decoada, que vai ser potencializada, duas, três, vinte, cinquenta, mil vezes. São toneladas de cinzas produzidas que, quando começar a chover, vai entupir o Rio Cuiabá.</p>
Cátia (UFMT)	<p>Agradeceu ao Cel. Paulo Barroso pela apresentação e argumentou que infelizmente a sociedade não contabiliza as fatalidades como essa das queimadas no Pantanal. Acredita que falta educação ambiental, mas que a RB Pantanal poderia sugerir uma estratégia. Acrescenta que hoje</p>

	estamos na era da internet e o Pantanal precisa ser incluído. Tem que ocorrer a sensibilização da sociedade sobre a morte de elementos da biodiversidade e tomar conhecimento das convenções internacionais, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional (RAMSAR) e a Convenção do Clima (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – UNFCCC, em inglês). Quis saber se existem centros para o atendimento de animais, por bioma, em MT?
Gabriela (SEMA)	Informou que infelizmente ainda não existem.
Cátia (UFMT)	Ficou muito evidente a falta de coordenação neste ano.
Gabriela (SEMA)	Argumentou esclarecendo que foram elaborados projetos de Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), que estão em processo de licitação para a construção em 2021. Está prevista a construção de um CETAS por bioma desde 2016, mas infelizmente somente agora estão sendo dados os devidos encaminhamentos.
Cátia (UFMT)	Comentando a apresentação defendeu que o dinheiro não poderia ser depositado no fundo geral da instituição e que o PPCIF não pode se restringir às florestas, mas incluir os arbustais e campos, que são tão característicos do Pantanal. Os recursos deveriam ser obtidos de doadores privados. Sugeriu que a RB Pantanal elabore um documento com base na apresentação do Cel. Paulo Barroso.
Ingrid (Instituto Gaia)	Solicitou que constasse em ATA o repúdio às queimadas, ao desmatamento e à ausência de conectividade entre áreas úmidas. Solicitou que o CERBPantanal-MT faça uma defesa formal sobre a necessidade do estabelecimento de conectividade entre áreas úmidas.
Cláudia (Rede de CT Pantaneira)	Argumentou que os incêndios têm impacto nas fontes de alimentação das Comunidades Tradicionais (CTs), quando destroem exemplares de espécies de plantas das quais fazem uso comprometendo a segurança alimentar das famílias; também concordo com o Cel. Paulo Barroso sobre a necessidade de as CTs participarem das brigadas rurais voluntárias contra o fogo.
Cel. Paulo Barroso (Corpo de Bombeiros)	Sugeriu que fosse estabelecida uma parceria entre os agentes da defesa civil e as CTs, buscando apresentar ao poder público as suas necessidades.
Gabriela (SEMA)	Solicitou que as associações que identificarem núcleos de brigadas rurais informem o CGFogo-SEMA.
Cláudia (Rede de CT Pantaneira)	Diz que a demanda já é óbvia pela simples existência do CERBPantanal-MT.
Gabriela (SEMA)	Solicitou ao Cel. Paulo Barroso (Corpo de Bombeiro) que coloque o CERBPantanal-MT como ponto focal para a formalização das brigadas rurais. Solicitou também que algum membro da reunião fizesse uma avaliação da apresentação e elaborasse propostas de como o CERBPantanal-MT poderá contribuir no combate às queimadas no Pantanal. Sugeriu que o CERBPantanal-MT estabeleça uma relação como o Conselho de Povos e CTs.
Cátia (UFMT)	Assumiu a responsabilidade de avaliar a apresentação sobre as queimadas no Pantanal e de proposição de ações pelo CERBPantanal-MT.
Gabriela (SEMA)	Solicitou aos membros que identificassem as atividades da sua instituição que possam atender o Plano de Ação da RB Pantanal. Cada representante das instituições terá 10 minutos para apresentar as informações na 1ª Reunião Ordinária do Comitê em 2021.

**Encerramento**

Nada mais havendo a declarar a Sra. Gabriela (SEMA) encerrou a reunião às 10h e 40 minutos e eu, Héli da Bruno Nogueira Borges, lavrei esta ATA que será avaliada, as sugestões e aprovação apresentadas via e-mail pelos membros do Comitê presentes à reunião.